

Acordo com os credores

16 JUN 1992

Neste momento de baixo astral para a economia brasileira, o anúncio do possível fechamento de um acordo com os bancos credores constitui sem dúvida uma boa notícia. No entanto, não é a primeira vez que se anuncia o final dessa negociação que se arrasta há mais de dez meses. Hoje, porém, parecem existir condições positivas para que se feche tal acordo, aparentemente negligenciado pelo Brasil, que, entretanto, dele necessita para poder se integrar à comunidade financeira internacional.

Dois fatos podem explicar os progressos que permitem esperar para breve uma conclusão da renegociação de nossa dívida externa com os bancos, o que, segundo algumas fontes, poderá ocorrer no próximo dia 22.

De um lado, o compromisso dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI) de nos fornecer recursos suplementares, que possibilitem reunir US\$ 3,2 bilhões destinados ao oferecimento de garantias aos credores, que aceitam substituir a transferência de títulos antigos por novos mediante desconto; e, por outro, a decisão do Brasil de ampliar de 30% para 50% o pagamento dos juros mensais vencidos. A questão das garan-

tias era essencial: com efeito, os bancos credores querem ter a certeza, no momento em que aceitam reduzir os compromissos do País, de que os novos títulos serão honrados, o que os leva a exigir garantias do tipo "cupon zero bond" dos EUA, que precisamos comprar.

O Brasil parece ter conseguido um sistema de garantia progressiva, ao contrário de outros devedores, que tiveram de oferecer as garantias de uma só vez. Mas, em contrapartida, os bancos credores vinham exigindo uma ampliação do pagamento dos juros vencidos até o fechamento total do acordo, pagamento esse que o governo brasileiro havia unilateralmente fixado em 30%.

Se, como é esperado, se chegar ao final da renegociação, pode-se prever que o clima será mais favorável ao Brasil para concluir outras operações e, notadamente, apressar as negociações bilaterais com os governos membros do Clube de Paris, o que nos abriria a possibilidade de novos financiamentos. O crescimento das nossas reservas internacionais permite ao País maior flexibilidade para fechar um acordo que possa, enfim, normalizar nossas relações com a comunidade financeira internacional.